

LOREIRO, Trigo de

*magistrado; min. STJ 1890; min. STF 1891-1894; proc.-geral Rep. 1894.

Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro, nasceu em 1828, filho de Lourenço Trigo de Loureiro e de Umbelina Luísa Fernandes da Silva. Seu pai foi desembargador, com exercício nas Relações de Porto Alegre e da Corte.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 1848. Em 1850 foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Cachoeira, na província de São Pedro do Rio Grande. Nomeado juiz de direito da comarca de Caçapava, na mesma província, em setembro de 1861, foi removido para comarca de Bagé em 1866. Exerceu a seguir suas funções na magistratura em comarcas da província de São Paulo. Em 1875 foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá. Removido em 1877 para a Relação de Ouro Preto, chegou à Relação da Corte em maio de 1882. Fez parte do Conselho Supremo Militar de Justiça, corte de última instância, cuja competência era o julgamento de crimes militares no Império, sendo nomeado juiz togado em janeiro de 1887, em substituição a Viriato Bandeira Duarte.

Chefe de polícia na Corte em 1888, em junho de 1890 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, durante o curto período em que esta corte, oriunda do Império, funcionou na República, preenchendo a vaga aberta em decorrência do falecimento do ministro Luís José de Sampaio. Com a criação do Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro de 1890, a partir do modelo da Suprema Corte norte-americana, foi nomeado um de seus ministros. Tomou posse em fevereiro do ano seguinte, quando da instalação do novo órgão. Foi procurador-geral da República a partir de 1894, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF. Foi aposentado por decreto ainda nesse mesmo ano.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 26 de novembro de 1904.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>. .